

## **Mateus Fernandes e o programa arquitectónico para a Batalha no tempo de D. Manuel I**

***Pedro Redol\****  
***Orlindo Jorge\****

As campanhas do tempo de D. Manuel I, na Batalha, datadas entre 1495 e 1515, integram-se num primeiro momento de afirmação da imagem do monarca que entronca directamente na anterior programação artística da dinastia de Avis, ainda que apresentando soluções estruturais, formais e iconográficas inéditas no território português. Os últimos cinco anos desta cronologia correspondem à emergência dos importantes estaleiros de Tomar e de Santa Maria de Belém, que, por razões do próprio discurso imperial, tomarão o lugar da Batalha. Esta circunstância, bem como a particularidade de os projectos de Mateus Fernandes, apesar do seu imenso arrojado, não serem de raiz, explicam certamente que a obra pioneira de Santa Maria da Vitória tivesse recebido menor atenção por parte da crítica arquitectónica. Através da respectiva análise, procuramos reconstituir o programa que a Coroa portuguesa assumiu para este conjunto edificado, suas motivações, internacionalidade, originalidade e pioneirismo.

O ponto de partida e o fulcro da investigação aqui apresentada é o trabalho que anteriormente realizámos sobre as chamadas Capelas Imperfeitas<sup>1</sup>. Neste artigo, o enfoque mais alargado procura a compreensão do sentido geral da campanha de obras manuelina da Batalha.

---

\* Técnico superior do Mosteiro de Santa Maria da Vitória.

\* Voluntário do Mosteiro de Santa Maria da Vitória (área de investigação).

<sup>1</sup> Orlindo Jorge e Pedro Redol, "As Capelas Imperfeitas do Mosteiro da Batalha. Arqueologia e história da sua construção", in *Cadernos de Estudos Leirienses*, nº 5 (Set. 2015), pp. 301-316.

A primeira notícia que nos chegou de Mateus Fernandes como mestre das obras do Mosteiro da Batalha data de 1480 e diz respeito justamente à dispensa do ofício, por D. Afonso V, que em seu lugar nomeia João Rodrigues, explicitando que este o serviria melhor<sup>2</sup>. Desconhecemos completamente as razões desta decisão mas temos que admitir que, por esta altura, Mateus Fernandes atingira já o estatuto técnico mais elevado no estaleiro da Batalha.

Entre os especialistas, é unânime a ideia de que a construção neste estaleiro não terá conhecido grandes progressos durante o reinado de D. João II, que não parece ter nutrido particular entusiasmo pela obra dinástica da Batalha, como aliás transparece no seu testamento, em que sumariamente determina que a sua sepultura “seja em o Mosteiro de Santa Maria da Vitória no lugar e per a maneira que mais conveniente parecer a meu testamenteiro”<sup>3</sup>.

Tem-se admitido também que o possível interregno da edificação durante o seu reinado terá sido compensado pelo avanço no fechamento das monumentais janelas dos vários edifícios monásticos com vitrais, conforme atesta o aparecimento, na documentação até 1480, do mestre vidreiro de nome Guilherme<sup>4</sup>. É mais do que provável também que Mateus Fernandes tivesse feito a sua aprendizagem no estaleiro da Batalha, o maior do seu tempo em Portugal e um dos maiores da Península Ibérica, sob a direcção de Fernão de Évora, em edifícios como o claustro de D. Afonso V ou o panteão de D. Duarte. Na abóbada de uma das capelas deste panteão, a heráldica encarrega-se de datar a construção justamente do reinado de D. Afonso V, provavelmente até à data da sua abdicação em 1477<sup>5</sup>. A arquitectura de patrocínio áulico de então, de deliberado despojamento, tem por fonte, como mostrou José Cus-

---

<sup>2</sup> Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 32, fl. 111 (1480, Agosto, 15, Vila Viçosa). Publicado por Saul António Gomes, *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha*, Vol. II, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2002, p. 326.

<sup>3</sup> Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 32, fl. 111 (1495, Setembro, 29, Alcáçovas). Publicado por D. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, T. II, 1.ª Parte, nova edição de M. Lopes de Almeida e César Pegado, Coimbra, Atlântida, 1947, p. 207. Esta particularidade foi assinalada, pela primeira vez, por Catarina Fernandes Barreira, “O Mosteiro de Santa Maria da Vitória e a vocação moralizante das gárgulas do Panteão Duartino”, in *D. Duarte e a sua Época: Arte, Cultura, Poder e Espiritualidade* (coord. de Catarina Fernandes Barreira e Miguel Metelo de Seixas), Lisboa, Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2014, p. 194.

<sup>4</sup> Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 18, fl. 104 vº (1477, Outubro, 21, Santarém). Publicado por Saul António Gomes, *op. cit.*, p. 311.

<sup>5</sup> Cf. Orlindo Jorge e Pedro Redol, *op. cit.*, p. 310.

tódio Vieira da Silva, a arte da Coroa de Aragão que se manteve fiel, durante toda a baixa Idade Média, aos modelos cistercienses<sup>6</sup>. Está ainda por reconstituir o contexto em que esta circulação de ideias arquitectónicas se deu, documentando-se, porém, claramente o interesse do Africano pela conclusão do panteão fundado por seu pai<sup>7</sup>.

Sabemos que Mateus Fernandes se encontrava já reintegrado na Batalha em 1491, através de diploma em que o rei lhe concede um rendimento fixo anual<sup>8</sup>. Depois desta data, já no reinado de D. Manuel I, a documentação mostra o protagonismo que o mestre assume na construção de estradas e pontes para a novel vila da Batalha<sup>9</sup>, na fiscalização de outras especialidades como o vitral<sup>10</sup>, na inspecção de edificações militares como os castelos de Almeida, Castelo Rodrigo<sup>11</sup> e Salvaterra<sup>12</sup>, e na inspecção e reparação de edifícios civis em Coimbra<sup>13</sup>. A par dos Arrudas, Mateus Fernandes pertence a uma primeira geração de arquitectos régios com alargada responsabilidade territorial, em que avultam as praças-fortes, circunstância que, conforme veremos, não será de somenos para as características que a sua obra há-de assumir. A franca inserção socio-profissional de Fernandes na Batalha é confirmada pelo seu casamento com uma filha do atrás referido mestre Guilherme,

---

<sup>6</sup> José Custódio Vieira da Silva, "Para um entendimento da Batalha: a influência mediterrânica". In *O Fascínio do Fim. Viagens pelo Final da Idade Média*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 75-82.

<sup>7</sup> Torre do Tombo, Gavetas, XVI, M.º, Doc. 5 (1475, Abril, 28, Portalegre). Testamento de D. Afonso V, publicado em *As Gavetas da Torre do Tombo*, Vol. VI, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1967, p. 172.

<sup>8</sup> Torre do Tombo, Chancelaria de D. João II, Livro II, fl. 5. Publicado por Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, Vol. I, nova edição fac-similada, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, p. 337, e por Saul António Gomes, *op. cit.*, p. 391, que rectifica a leitura da data, de 1490 para 1491.

<sup>9</sup> Torre do Tombo, Mosteiro da Batalha, Livro 4, n.º 97 (1504, Setembro, 5; 1506, Janeiro, 16, Batalha). Publicados por Saul António Gomes, *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha*, Vol. III, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2004, pp. 72, 86.

<sup>10</sup> Torre do Tombo, Corpo Cronológico, Parte II, M.º 14, Doc. 103 (1508, Maio, 6, Batalha) e M.º 23, Doc. 243 (1509, Março, 30, Batalha). Publicados por Carlos Vitorino da Silva Barros, *O Vitral em Portugal. Séculos XV e XVI. CVMA Portugal 1*, Lisboa, Comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, 1983, pp. 269-270, 272.

<sup>11</sup> Torre do Tombo, Corpo Cronológico, Parte II, M.º 16, Doc. 25 (1512, Novembro, 10, Batalha). Publicado por Sousa Viterbo, *op. cit.*, p. 339.

<sup>12</sup> Torre do Tombo, Corpo Cronológico, Parte I, M.º 17, Doc. 46 (1515, Janeiro, 20, Batalha). Publicado por Saul António Gomes, *op. cit.*, p. 357.

<sup>13</sup> Cf. Sousa Viterbo, *op. cit.*, p. 340.

de nome Isabel Guilherme, à boa maneira das dinastias de arquitectos deste e de outros estaleiros da época. Da presença de Mateus Fernandes na vila da Batalha conservam-se ainda vestígios importantes, embora deslocados do seu contexto original. Referimo-nos a duas janelas do piso nobre da sua casa, que aparece numa fotografia de 1869, encontrando-se actualmente no primeiro andar da fachada sul do palácio da Quinta de Santo António, junto à aldeia de Gateiras de Santo António, no concelho de Torres Novas<sup>14</sup>.

Todas estas circunstâncias parecem conjugar-se com a vontade de D. Manuel, em que pouco se tem insistido, de reformar a Batalha. Por documento de 1508, ficamos a saber do desejo do monarca em que a reforma decretada no Capítulo Geral da Ordem dos Pregadores em Roma, em 1501, se efectivasse, o que, na verdade, nunca chegou a acontecer<sup>15</sup>. É preciso ligar a esta vontade algumas iniciativas construtivas que têm passado despercebidas aos historiadores. A mais significativa de todas foi a compartimentação da extremidade nascente da chamada Adega dos Frades para aí se instalar uma casa capitular, dependência referida no caderno de campo do arquitecto James Murphy, que aqui esteve a desenhar o Mosteiro em 1789, como “Capítulo velho” (Fig. 1)<sup>16</sup>. Temos que lembrar, neste ponto, que, por determinação testamentária, D. Afonso V foi sepultado, em 1481, na casa do capítulo já existente, ficando a trasladação dos seus restos mortais a aguardar a conclusão do panteão hoje conhecido pelo nome de Capelas Imperfeitas. É provável que a primeira casa capitular da Batalha, cuja abóbada foi concluída no tempo do mesmo monarca, como mostram as armas da sua chave central, nunca tenha servido para as reuniões a que se destinava. Cedo se transformou, pois, num outro panteão, assim permanecendo até 1901, data em que os restos mortais ali depositados foram trasladados para novos túmulos na Capela do Fundador<sup>17</sup>. A construção da abóbada referida, que, como todos sabem, se encontra envolta numa lenda cujo primeiro registo remonta ao século XVII e cujo fundo de verdade também

<sup>14</sup> Cf. Pedro Redol e Orlindo Jorge, “Arquitectura civil quinhentista da Batalha: Três peças notáveis”, in *Cadernos de Estudos Leirienses*, n.º 4 (Maio 2015), 293-312.

<sup>15</sup> Não dispomos da referência arquivística. Publicado por Albertus de Mayer, *Registrum litterarum Fr. Thomae de Vio Caietani O. P. Magistri Ordinis 1508-1512. Monumenta Ordinis Fratrum Praedicatorum*. Roma: Istituto Storico Domenicano S. Sabina, 1935, p. 309 e 315, *apud* GOMES, Saul António, *op. cit.*, p. 131.

<sup>16</sup> O caderno de campo de James Murphy encontra-se guardado na Society of Antiquaries of London, Sketches of Batalha, Ms. 260.

<sup>17</sup> “Commemorando a trasladação das cinzas de D. Affonso V, D. João II, D. Izabel e infante D. Affonso para o pantheon de D. João I”, in *Leiria – Batalha*, número único (28 Nov. 1901).





Fig. 2 - Portal da sala capitular do tempo de D. Manuel I

uma passagem que ligava o piso superior do Claustro de D. Afonso V ao terraço do Claustro Real, o que aponta para um enriquecimento funcional a considerar. O muro de que falamos foi demolido na década de 40 do século XX, por ordem da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (Fig. 3).

Qual a cronologia destas obras? Na sineira do capítulo da Batalha existe um sino refundido em 1645 que exhibe a inscrição “Este sino deu El-rei D. Manuel na era de 1501”, data que coincide com a do Capítulo Geral de Roma, que, como vimos antes, decreta a reforma do convento da Batalha. Dos anos em torno de 1501 datará não apenas a

obra da casa capitular nova mas ainda a das bandeiras dos janelões do claustro (Fig. 4) e a das do pavilhão do lavabo do refeitório (Fig. 5), as quais representam uma importante actualização estética dos espaços nobres do convento. Na verdade, tanto a nova molduração policêntrica de bases e capitéis como a escultura que anima todas as superfícies arquitectónicas é, nestas obras, um facto inédito em Portugal. Naturalmente essas soluções, dotadas de uma originalidade relativa que delas faz o ponto de partida para uma arquitectura reconhecível como portuguesa, não apareceram do nada. Ocupar-nos-emos deste aspecto mais adiante, quando tivermos apreciado toda a obra de Mateus Fernandes na Batalha.



Fig. 3 - Vista do interior da sala capitular manuelina, c. 1940

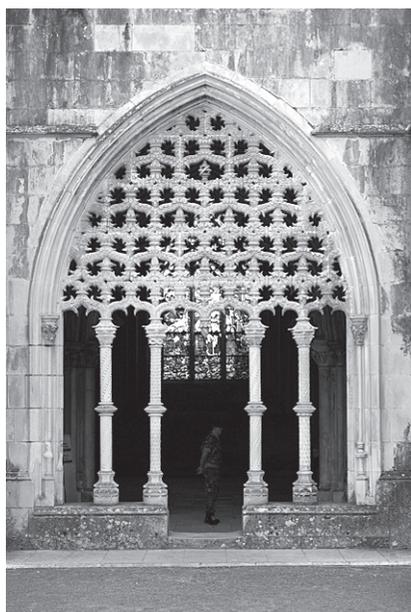


Fig. 4 - Preenchimento de um dos janelões do Claustro Real



Fig. 5 - Lavabo do refeitório, no Claustro Real

Contrariamente ao que sucedeu noutras encomendas de D. Manuel, das quais a mais saliente é o Mosteiro de Santa Maria de Belém, a tarefa projectual reservada ao mestre de obras da Batalha revestiu-se da particularidade de ter que levar em conta preexistências flamejantes. Não falamos apenas das galerias do claustro e da nova sala do capítulo mas ainda do panteão deixado inacabado por D. Afonso V. Pensamos que a particularidade referida e o facto de este edifício tão-pouco ter sido terminado por Mateus Fernandes, falecido em 1515, quando a obra se encontrava em pleno, tem levado a historiografia a não considerar a intervenção do arquitecto como o resultado de um programa de grande fôlego, aliás, o mais importante da encomenda régia portuguesa, executado ao longo de duas décadas, antes justamente do de Santa Maria de Belém. O facto de D. Manuel ter praticamente desistido da Batalha a favor do mosteiro jerónimo de Belém, ainda que salvaguardando, mais uma vez em testamento, a conclusão do panteão fundado por D. Duarte, concorreu para que a crítica arquitectónica tivesse praticamente ignorado o ambicioso projecto que Mateus Fernandes concebeu em articulação com os ideólogos tanto do rei como da Ordem dos Pregadores. No programa do reinado de D. Manuel para a Batalha inscrevem-se ainda os monumentais con-

juntos de vitrais da capela-mor da igreja e da sala do capítulo, concebidos e parcialmente executados pelo mais destacado pintor retabular do tempo, Francisco Henriques. Juntavam-se-lhes, ainda que não disputando os seus méritos estéticos, as pinturas do Claustro Real.

Aquilo que o edifício inacabado do panteão revela é suficiente para se fazer uma ideia razoável do modo como Mateus Fernandes pretendia concluí-lo. E a verdade é que alterou substancialmente o projecto preexistente de Huguet, introduzindo soluções técnicas e plásticas completamente desconhecidas até então em Portugal, que nos permitirão melhor ajuizar sobre a sua cultura artística.

A análise estilística e estereotómica das fachadas interiores e exteriores, que analisámos noutra parte<sup>19</sup> permitiu traçar o perfil do edificado até 1477. A tipologia do abobadamento, a sua decoração e a heráldica dos fechos respectivos permitiram concluir que a capela adjacente ao portal do lado sul retomou o tipo de abóbada introduzido por Huguet na capela-mor da igreja, tendo sido concluída até 1477, uma vez que contém heráldica ainda dessa época, idêntica à que se encontra no Claustro de D. Afonso V. Devido à ausência de decoração nos encostos das abóbadas e à existência de um escudo anterior à reforma heráldica de 1485, cujos lises foram simplesmente suprimidos, respectivamente na primeira e terceira capelas a seguir ao portal do lado norte, percebemos que as abóbadas destas capelas estavam começadas antes de 1477. De todas as que obedecem à mesma tipologia, construídas alternadamente por razões de estática, aquela que é assinalada com o n.º 5 na Fig. 6, era a que estava mais atrasada, tendo sido totalmente erigida depois de 1495.

A partir de 1495 são não apenas concluídas as abóbadas das capelas ímpares, mas também executadas as restantes dentro de uma tipologia totalmente nova em Portugal, que só se encontra na cabeceira da igreja de Nossa Senhora do Pópulo, atribuída igualmente a Mateus Fernandes e datada entre 1495 e 1505. Trata-se de abóbadas estreladas que prescindem da ogiva que segue das chaves secundárias até aos arcos formeiros; dizendo de outra maneira, que apresentam apenas dois arranques por apoio. A chave central da capela n.º 6, pronunciadamente pendente (Fig. 7), é caso único em Portugal e inusitado na Península Ibérica. Naturalmente questionamo-nos sobre a fonte de que o arquitecto dispôs para projectar este tipo de soluções.

---

<sup>19</sup> Orlando Jorge e Pedro Redol, "As Capelas Imperfeitas do Mosteiro da Batalha. Arqueologia e história da sua construção", in *Cadernos de Estudos Leirienses*, n.º 5 (Set. 2015) pp. 306-314.

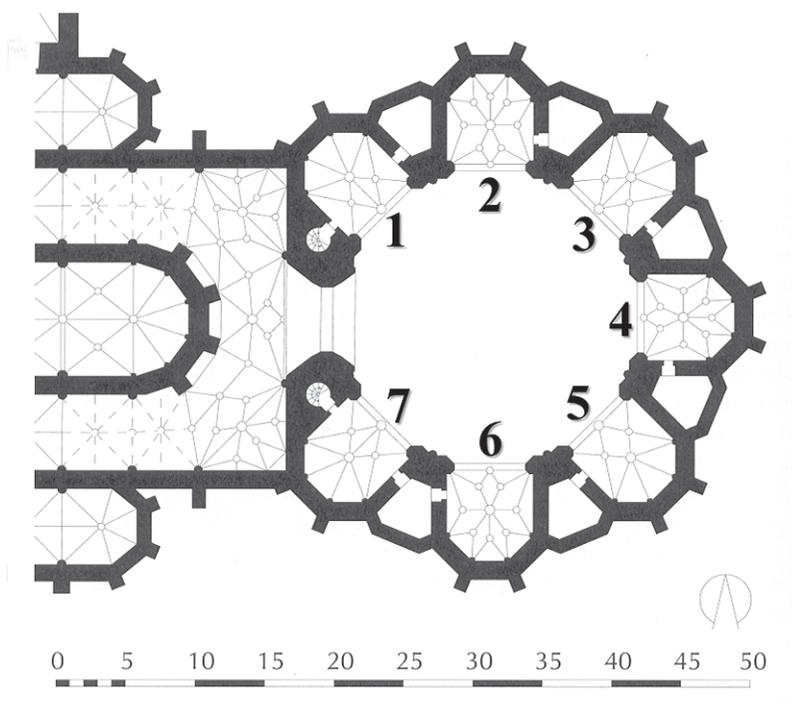


Fig. 6 - Planta das Capelas Imperfeitas e do respectivo átrio

O uso da nova tecnologia construtiva que acabamos de observar, num lugar – recordamos – tão importante para a afirmação da identidade do monarca – isto é, o panteão fundado por seu avô, a quem D. Manuel dedica o majestoso portal –, aparece associado a um novo entendimento dos volumes arquitectónicos e da sua plástica. Além do portal, será na torre lanterna inacabada que se fará sentir a força do projecto de Mateus Fernandes, que inaugura a retórica militar em edifícios religiosos como bem mostra o caminho de ronda, por assim dizer escavado na espessura de contrafortes (Fig. 8) em cujo lugar, no projecto de Huguet, estariam simples arcobotantes. É também nesta parte do edifício que encontramos os sinais de como Mateus Fernandes tinha projectado cobrir o octógono central: arranques duplos em cada ângulo interno mostram que o sistema seria idêntico ao que foi utilizado nas capelas radiantes com número par.

Este tipo de solução surge, pela primeira vez, na Península Ibérica, na Capela do Condestável da Catedral de Burgos, construída sob a direcção de



Fig. 7 - Chave pendente da abóbada da capela nº 6 (ver planta da Fig. 6)

Simão de Colónia, ente 1484 e 1494. É, portanto, possível fazer uma ideia de como seria o espaço interior do panteão de D. Duarte, caso tivesse sido concluído. Tendo em conta este facto e a precedência das manifestações do chamado gótico isabelino em relação ao manuelino, é legítimo pensar que, nos 10 anos em que esteve ausente da Batalha, entre 1480 e 1490, por ter sido dispensado das respectivas funções por D. João II, Mateus Fernandes pode ter ampliado a sua formação no estaleiro de Burgos.

Contra o mito da inexequibilidade da abóbada do octógono fala, muito recentemente, o estudo de estática de Inmaculada García Roca, que provou, além disso, que os contrafortes manuelinos não se destinavam a desempenhar qualquer papel estrutural, uma vez que todas as tensões de compressão se encontrariam distribuídas ao longo do núcleo dos pilares pertencentes ao projecto de Huguet<sup>20</sup>.

<sup>20</sup> Inmaculada García Roca, "Safety Evaluation of the Imperfect Chapels from Batalha Monastery", dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Minho, 2015, p. 66 (policop.).

É possível que Burgos não tivesse sido a única estância de Mateus Fernandes na vizinha Castela, pois a gramática decorativa de que faz uso, ainda que original na sua formulação última, tem antecedentes significativos em edifícios do tempo dos Reis Católicos, em particular no mosteiro franciscano de San Juan de los Reyes, fundado em 1477, com a finalidade vir a ser utilizado como panteão real. Com esta fundação comemorava-se duplamente a vitória, aliás pouco clara, na batalha de Toro e o nascimento do príncipe herdeiro. A arte do arquitecto bretão Juan Guas e do escultor e arquitecto bruxelense Egas

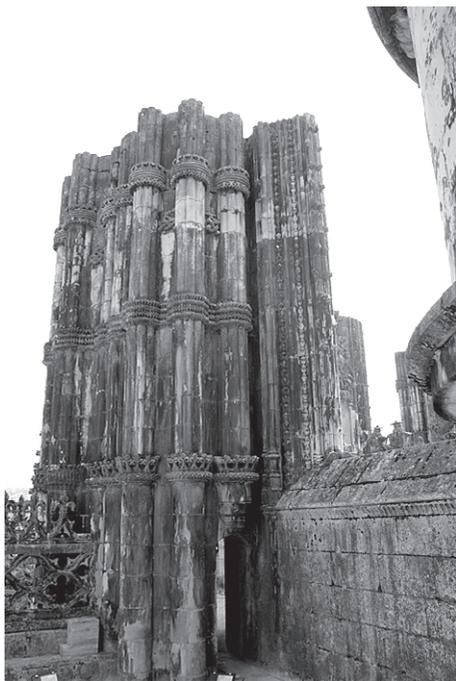


Fig. 8 - Caminho de ronda das Capelas Imperfeitas

Coeman em San Juan de los Reyes surge no seguimento de uma geração mais antiga de arquitectos tardogóticos, entre os quais avulta Hanequin de Bruxelas, autor da conhecida Capela do Condestável da catedral de Toledo, uma das primeiras capelas funerárias na Península a adoptar fórmulas construtivas que começam por se encontrar na própria Capela do Fundador do Mosteiro da Batalha, da autoria de Huguet, primeiro projectista também do panteão de D. Duarte. Estas circunstâncias bastante divulgadas justificam o aparecimento, em várias partes da Península, incluindo Portugal, de soluções arquitectónicas e escultóricas que têm origem na Europa central e do norte, adquirindo características regionais através da permanência de jovens artistas franceses, flamengos e alemães nos grandes estaleiros ibéricos<sup>21</sup>. Este fenómeno é comum à pintura retabular e ao vitral, sendo o já referido Francisco Henriques o exemplo português mais flagrante.

<sup>21</sup> Sobre este assunto ver IBAÑEZ FERNÁNDEZ, Javier, "The northern roots of Late Gothic renovation in the Iberian Peninsula", in *Architects without Borders: Migration of Architects and Architectural Ideas in Europe – 1400-1700* (coord. Konrad Ottenheim), Mântua, Il Rio Edizioni, 2014, pp. 15-27.

Uma das novidades mais salientes da arquitectura-escultura de San Juan de los Reyes é a introdução de vocábulos mudéjares na decoração. Esta contaminação é ainda bem visível em pormenores importantes, quase diríamos citações eruditas, no portal das Capelas Imperfeitas de Mateus Fernandes, como por exemplo os arquilhos da base dos colunelos, ou na repetição obsessiva da segunda parte da divisa de D. Duarte – *tan yaserei* –, à maneira de placas de estuque moldado, modalidade decorativa que, aliás, na mesma época, estava a ser aplicada na renovação manuelina da Charola de Tomar.

Para concluir, cumpre anotar que embora o programa de arquitectura-escultura para a Batalha, no tempo de D. Manuel I, tenha como protagonista Mateus Fernandes, ele não foi provavelmente o único interveniente na sua concretização. Não temos conhecimento de outro mestre arquitecto empregado no estaleiro da Batalha durante a vigência de Mateus Fernandes. Porém, é de admitir que outros o tenham sido, a começar pelo filho homónimo que lhe sucedeu.

Mesmo antes do seu afastamento do estaleiro de Santa Maria de Belém, em 1516, que se tem atribuído ao desastre de Mamora, já em 1512 se verifica que mestre Boytac é proprietário em Alcanada, nas imediações da Batalha, pois celebra um contrato de escambo com o Mosteiro<sup>22</sup>. Anteriormente, em 1510, aparece com Mateus Fernandes a examinar e participar nas já referidas obras de Coimbra. A nosso ver, algumas dissonâncias na obra das Capelas Imperfeitas relativamente ao que com segurança podemos atribuir a Mateus Fernandes, nomeadamente a plástica do interior dos janelões e o desenho das janelas do vestíbulo, acusam a presença de um segundo mestre na obra.

---

<sup>22</sup> Torre do Tombo, Mosteiro da Batalha, Livro 4, Doc. 31 (1512, Abril, 14, Batalha). Publicado por Sousa Viterbo, *op. cit.*, pp. 122-123.